

# A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO PARA A DIVERSIDADE

Rosirene Magalhães de Andrade<sup>1</sup>

Elisângela Leles Lamonier<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem como tema a inclusão, delimitando-se na análise sobre a escola como espaço de inclusão para a diversidade. A pesquisa teve como problema a seguinte questão: como a escola pode se tornar um espaço para a inclusão e diversidade? Diante do problema, objetivou-se compreender a escola como espaço de inclusão para a diversidade. Para isso, refletiu-se sobre a educação inclusiva e como ela pode ser praticada, além de considerar as práticas pedagógicas como possibilidades de inclusão dos alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais nos espaços regulares de ensino, através de práticas coletivas, com valorização da diversidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, tendo como base os estudos que versaram sobre a temática da inclusão. Dentre os resultados, observou-se que a inclusão exige que o espaço educativo seja acolhedor e que os professores, além de se qualificar, precisam ter sensibilidade para olhar, não em direção às dificuldades, mas respeitando as potencialidades dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Diversidade. Espaços escolares...

## ABSTRACT

The present study has the theme of inclusion, delimiting itself in the analysis of the school as a space for inclusion for diversity. The research had as a problem the following question: how can the school become a space for inclusion and diversity? Faced with the problem, the objective was to understand the school as a space for inclusion for diversity. For this, it was reflected on inclusive education and how it can be practiced, in addition to considering pedagogical practices as possibilities for the inclusion of students with disabilities and special educational needs in regular teaching spaces, through collective practices, with appreciation of the diversity. The methodology used was bibliographic research, of a qualitative nature, based on studies that dealt with the theme of inclusion. Among the results, it was observed that inclusion requires that the educational space be welcoming and that teachers, in addition to being qualified, need to be sensitive to look, not towards difficulties, but respecting the potential of the subjects.

**Keywords:** Inclusive Education. Diversity. School spaces.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, e-mail: rosirene.magalhaes@estudante.ifgoiano.edu.br.

<sup>2</sup> Graduada em Letras, mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás – unidade Jataí, docente do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, e-mail: elisangela.leles@ifgoiano.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é demonstrar como a escola pode ser um espaço dinâmico e acolhedor para atender aos diversos públicos, os quais possuem o direito à educação assegurado por Lei, levando em consideração as políticas públicas que garantem o acesso das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar regular, assim como o desenvolvimento da humanidade e o respeito à diversidade.

A escola precisa ser pensada enquanto ambiente favorável ao acolhimento e isso é possível a partir de sua organização. Não obstante, as inovações são essenciais, no sentido de pensar e realizar aquilo considerado o melhor a todos. Para receber os alunos, a sintonia entre todos os envolvidos no processo educativo é fundamental. Além disso, observa-se a necessidade do trabalho com temas de conscientização em relação ao preconceito e a diversidade, para não causar constrangimento, bem como reconhecer as diferenças. Do mesmo modo, fazer com que a comunidade escolar perceba que ninguém é igual a ninguém, ou seja, os sujeitos são constituídos pela diversidade e por isso, cada um deve ser respeitado e valorizado por sua individualidade.

As aulas, em uma perspectiva inclusiva, precisam ser planejadas com atividades que facilitem a interação dos alunos com necessidades educacionais especiais e os demais, de forma que todos possam participar e o conhecimento seja proporcionado de forma equitativa. Diante disso, o problema que norteou a pesquisa se dispôs com a seguinte questão: como a escola pode se tornar um espaço para a inclusão e diversidade?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral compreender a escola como espaço de inclusão para a diversidade.

A escolha do tema “A escola como espaço de inclusão para a diversidade” partiu da necessidade de que as instituições de ensino se reconheçam como espaço de promoção e desenvolvimento da diversidade e busquem alternativas para que a inclusão realmente seja colocada em prática, trazendo possibilidades adequadas aos alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais. Isso se torna essencial para que sejam acolhidos e incluídos nos espaços escolares, com metodologias, propostas pedagógicas e profissionais preocupados com suas necessidades, que também respeitem suas limitações, especificidades e

potencialidades. Além disso, exalta-se a importância da participação da família na escola e do trabalho coletivo em prol da inclusão.

Entende-se que a educação seja direito de todos, independente de cor, sexo, raça ou condições físicas e a partir desse fato, tem-se a intensificação das discussões sobre o processo de inclusão, assim como construir uma educação mais democrática que permita a todos estarem presentes em sala de aula, tendo acesso a um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. Torna-se essencial a construção de propostas pedagógicas capazes de atender a diversidade existente entre os alunos, embora se saiba que isso não é algo fácil, especialmente porque nem sempre o professor é qualificado para compreender e saber lidar com as diferenças, o que traz dificuldades ao processo de inclusão.

Não somente a postura do professor, mas também a falta de infraestrutura, de trabalho coletivo, assim como de investimentos na qualificação dos profissionais da escola e de uma maior participação da comunidade nesse meio, faz com que a inclusão encontre inúmeras barreiras, não transpondo as propostas teóricas. A inclusão demonstra-se uma realidade presente na vida de praticamente todos os professores, mesmo daqueles que não trabalham diretamente com alunos com deficiência. Isso ocorre porque o processo faz parte do cotidiano de uma sociedade que é marcada por pessoas que tem necessidades e características muito diversificadas e que precisam de uma escola que respeite suas limitações e que estimule suas potencialidades. Os professores são elementos fundamentais nesse processo, pois são eles que auxiliam na construção de uma escola democrática e participativa, que abarca as diversidades e respeita o aluno em suas particularidades.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 INCLUSÃO E A DIVERSIDADE**

#### **2.1.1 Inclusão: o que é?**

Atualmente, a inclusão é um assunto muito discutido no Brasil e segundo o dicionário Aurélio (2010), o termo significa integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de

inclusão. Assim, na presente pesquisa, a ênfase se volta para a escola como um espaço de inclusão.

No contexto educativo, a palavra inclusão compreende um movimento educacional, mas também social e político que luta para defender o direito de todos os envolvidos no processo de ensino de forma consciente e com responsabilidade e respeito, mesmo que algum aluno apresente alguma diferença em relação aos demais. Isso significa que, independente da diferença apresentada, seja ela física ou intelectual, a escola precisa acolher oferecer um ensino de qualidade a todos, dando oportunidade de desenvolverem e potencializarem suas competências. Não obstante, essa perspectiva é essencial para que todos tenham o direito de exercer sua cidadania com dignidade, levando em conta os deveres, interesses e qualidades.

Sobre a educação inclusiva, Rodrigues (2000) ressalta:

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES, 2000, p. 10).

A inclusão visa uma equidade educativa, na qual todos os alunos têm oportunidade, a partir das adequações e adaptações curriculares que se fizerem necessárias, de forma a garantir o conhecimento e desenvolvimento por meio de oportunidades iguais, com metodologias diferenciadas, sem discriminação e sem prejuízo ao ensino-aprendizagem. Por isso as escolas devem estar atentas para promover a reorientação metodológica para que de fato aconteça a inclusão. Nesse sentido, concorda-se com Victor, Vieira e Oliveira (2017), ao afirmarem que:

A necessidade de reordenamento das escolas comuns para que todos os estudantes venham ter o direito de aprender parte do princípio de que as unidades escolares precisam ser ambientes socialmente reorganizados para a mediação dos processos de apropriação dos conhecimentos elaborados na interface com a diversidade/diferença humana, defesa essa sustentada pelos pressupostos da inclusão social/escolar que simboliza um movimento ético, político e pedagógico que defende a ideia de que nenhuma pessoa pode ser discriminada na escola/sociedade e a ela negado o usufruto dos vários direitos sociais, aqui em destaque o direito à educação. (VICTOR; VIEIRA; OLIVEIRA, 2017, p.18).

A educação, numa perspectiva inclusiva, é um direito de todos e se encontra regulamentada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/96 (1996) que em seu Artigo 59 garante.

[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, garantia de currículos, métodos, recursos e serviços especiais de ensino, terminalidade específica, professores especializados e capacitados para a educação de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Parte das conquistas regulamentada pela LDB é resultado da Conferência Mundial de Jointiem (1990), realizada na Tailândia, a qual defendeu uma educação para todos. Posteriormente foi retomada nova discussão na Declaração de Salamanca, em 1994, e a partir daí a temática passou a ser discutida e foi, pouco a pouco, sendo colocada em prática. A inclusão passou a ser pensada como meio de garantir direito à educação aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Ademais, ressalta-se o discurso de Matos e Mendes (2015), o qual reforça que a inclusão é resultado de um conjunto de mobilizações:

Nas últimas décadas, tanto na legislação mais ampla, quanto nas políticas educacionais, foi intensa a ação do governo federal para a área de educação especial, mas este evidente destaque também é resultado da mobilização das organizações civis, ligadas direta ou indiretamente às questões que afetam as pessoas com deficiência. (MATOS; MENDES, 2015, p. 10).

Uma das perspectivas da educação inclusiva se encontra na inclusão dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais nas salas regulares junto com os outros estudantes. Desde então, começou uma batalha para vencer o preconceito e receber todos os alunos sem discriminação por cor, raça, sexo e condições físicas. Isso se apresenta em um conceito mais amplo na Declaração de Salamanca (1994),

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2019) são 1.250.967 estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas de educação básica, número que representa 2,6% do total de estudantes. Com o crescimento da procura de crianças com necessidades

especiais pelo ensino regular é necessário buscar alternativas nas políticas públicas de ensino voltado para a capacitação de professores e conscientização da sociedade da importância para o desenvolvimento intelectual desses alunos estarem inseridos junto com os demais alunos.

A luta pela inclusão está além da inserção de alunos com deficiência no ambiente de ensino regular, pois o foco principal além de incluir estas crianças, a escola deve estar preparada para receber, promover a permanência, passar o conteúdo de forma que ele chegue com qualidade para todos os alunos, independente da sua dificuldade e fazer com que eles participem com êxito do processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho em conjunto pode trazer muitos benefícios para todos os envolvidos na educação podendo ser refletidos no ambiente escolar e fora dele, como descreve Karagiannis (1999):

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de acordo com valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social (KARAGIANNIS, 1999, p. 21).

Tais ideias são corroboradas por Silva e Sena (2015), os quais afirmam que a inclusão deve ser vista como um novo paradigma social e como tal, exige que o contexto escolar seja ressignificado. Isso, segundo os autores, requer:

[...] um processo de ressignificação de concepções e práticas, no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais com um caráter fixo e um lugar predominantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tomando efetivo o direito de todos à educação. (SILVA; SENA, 2015, p.126).

Nessa perspectiva, Mantoan (2003), corrobora que historicamente, a escola se constituiu em um espaço de exclusão. Isso adveio de um processo no qual o ambiente escolar se entupiu de formalidade e racionalidade, oferecendo o ensino como uma prestação de serviços com grades curriculares cheia de burocracia. Com o surgimento da proposta de inclusão, visando romper com a estrutura organizacional, buscou-se saídas para que a escola se voltasse para o seu principal objetivo, ou seja, formar e promover a cidadania a todos que dela participem.

Mantoan (2003) defende que a inclusão chegou para mudar o formato educacional para se encaixar em uma nova proposta chamada educação especial numa perspectiva inclusiva. A partir desse momento começou a transição da educação tradicional, na qual o ensino era voltado para os alunos que não apresentavam necessidades específicas. A princípio, essa ideia causou uma resistência entre os educadores que alegavam não ter preparo para receber alunos com deficiência ou com necessidades educacionais específicas, havendo então a contestação da implantação desse formato inovador.

Segundo alguns pesquisadores a educação no Brasil caminha a passos lentos. Quanto às primeiras propostas sobre a educação inclusiva, o contexto educativo passava por um momento delicado, no qual as metodologias apresentavam sinais de esgotamento. Com a implantação desta proposta educacional encontrou neste novo formato de ensino um momento oportuno de transformações, principalmente ao se considerar que não bastava ter o aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula, sem qualquer mudança no currículo para que fosse, de fato, incluído no processo educativo. Tal perspectiva é perceptível nos estudos de Mello e Poker (2016), os quais reforçam que:

Os documentos, em seu conjunto, apontam conhecimentos e aptidões necessárias para o professor, afim de que se alcance uma boa pedagogia. Pensaríamos que tais cuidados e procedimentos incluem: a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar conteúdos para programas de estudos, de programar o uso da tecnologia informatizada, de saber individualizar procedimentos pedagógicos quando houver tal demanda e, complementando a ação educativa, articular o trabalho especializado em conjunto com especialistas e pais. (MELLO; POKER, 2016, p. 620)

Para Mantoan (2003), na educação inclusiva o ensino deve acontecer sem exceções e exclusões, levando em consideração que cada aluno já tem algum conhecimento em sua bagagem, possuem experiências e vivência e que cada um deles é capaz de aprender, levando em consideração que o aprendizado para cada indivíduo acontece no seu tempo e de forma específica. Nesse sentido, o professor deve ser para seus alunos uma figura motivadora acreditando que todos são capazes e deixando-os motivados para nunca desistirem.

### **2.1.2 A diversidade no ensino regular da Educação Básica**

As salas de aula sempre atenderam um público bem diversificado, mesmo antes de ser inclusivo, com alunos de várias classes sociais, raças, etnias, com

dificuldades de aprendizagem, limitações físicas ou intelectuais, entre outros. Por sua vez, a educação em uma perspectiva inclusiva aumentou ainda mais a demanda por um público mais heterogêneo trazendo para os espaços escolares, os alunos que eram atendidos nos centros especializados de ensino.

Mediante o processo inclusivo, os professores precisaram manter sempre um olhar atento, de forma que o conhecimento estivesse ao alcance de todos, pois é notório que as dificuldades que fazem parte da rotina das crianças refletem em seu desempenho escolar. Tal premissa é perceptível no trecho do livro “saberes e prática da inclusão” do Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial (2005).

Nossa experiência docente nos tem mostrado que se encontram na mesma sala de aula alunos que vivem na miséria, alunos que enfrentam violência familiar, alunos que cheiram cola, alunos que cresceram brincando com computador, alunos de classe média, alunos de classe alta, alunos de populações distantes, os nômades, alunos que trabalham para sustentar família, alunos que são moradores de rua, alunos que pertencem a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, enfim, individualidades totalmente diferenciadas umas das outras, que constituem uma ampla dimensão de características. (BRASIL, 2005, p. 93)

De acordo com o trecho da obra, a diversidade encontrada nas salas de aula brasileira é gigantesca, por isso o cuidado que os educadores devem tomar quando for planejar suas aulas deve ser minucioso para não deixar nenhum aluno excluído da aula, isto é, fazer com que todos participem do processo de ensino-aprendizagem.

A educação numa perspectiva inclusiva foi um grande marco no desenvolvimento das políticas públicas de ensino, pois no momento em que foi proposto esse modelo educacional, o ensino estava precisando ser reinventado para melhor atender os estudantes; estava faltando motivo para despertar nos educadores a necessidade de buscar aprimoramento para trazer mais qualidade ao ensino proposto. Assim, concorda-se com Rodrigues (2017), o qual afirma que o processo educativo da escola inclusiva, também é social.

Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. A escola inclusiva deve ser entendida como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal (RODRIGUES, 2017, p. 3).



Ressalta-se que o princípio fundamental da inclusão é acolher de forma mais justa os alunos com deficiência que eram excluídos do convívio social escolar, os quais estudavam em um centro de ensino especializado somente para este público.

As escolas de ensino regular, que já atendiam algumas crianças com necessidades educacionais especiais passaram a receber todos os alunos, independentemente da sua necessidade ou especificidade. Aos poucos eles foram sendo incluídos e recebidos por todas as escolas, embora com alguma resistência por parte dos professores. Ainda que com menor evidência, a realidade escolar, principalmente das escolas públicas, demonstra que nem sempre os instrumentos educativos realmente colaboram com a inclusão. Para Batista e Cardoso (2020):

Diante das realidades das escolas públicas, detecta-se que ainda há muitas lacunas no que diz respeito ao atendimento adequado com instrumentos que venham realmente incluir o indivíduo no processo de ensino e também de aprendizagem, não basta estar dentro da sala de aula para ser incluído. A escola precisa pensar como incluir o aluno para que o mesmo tenha aprendizagem, que é um direito dele. A inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é preciso que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Todavia, esta é uma tarefa árdua para uma instituição que se acomodou com a padronização, excluindo de seu espaço qualquer forma de diversidade. (BATISTA; CARDOSO, 2020, p. 3).

A escola inclusiva tem como objetivo garantir o acesso e permanência de todos os alunos como direito garantido, tendo como proposta a igualdade de oportunidades e valorização das diferenças humanas, valorizando cada vez mais a cultura, as práticas e as políticas internas que regem a escola.

As escolas recebem um diversificado público com vários tipos de necessidades educacionais especiais, por isso, há uma obrigação de capacitação contínua de todos os envolvidos com o ensino para atender a todos. Segundo Gadotti (1992),

A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista (GADOTTI, 1992, p. 21).

Com a implantação da educação inclusiva todos os educandos têm seu direito de acesso e permanência reservado independente de suas condições físicas, intelectuais, entre outras. A escola deve reconhecer a diversidade do seu público e não ter preconceito contra as diferenças e promover um ensino que garanta a aprendizagem como um todo.

Ressalta-se que as instituições educativas precisam se tornar ambientes socioculturais, considerando, efetivamente, um privilégio e não simplesmente uma obrigação em receber um público diversificado com acolhimento e preparo, valorizando as potencialidades diversas dos alunos. Nesse sentido, compreende-se que a educação inclusiva também precisa se fundamentar nos pilares educativos. Essa ideia também é firmada por Ferreira (2018):

Para isso, a educação tem por base quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. Firmar a educação inclusiva em todos esses pilares é garantir que a aprendizagem de crianças e jovens com deficiência aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento que podemos encontrar na escola (FERREIRA, 2018, p. 4).

A escola deve promover o respeito mútuo e não ter medo de se reinventar para atender a demanda do seu momento; o planejamento das atividades a serem trabalhadas deve ser feitas com muito cuidado e respeito atendendo as especificidades dos alunos, para que de fato a inclusão aconteça e seja significativa.

Do ponto de vista de Mantoan (2003), para enfrentar esses desafios no ambiente de trabalho a primeira etapa é recriar o modelo educativo voltado para todos, reorganizar pedagogicamente as escolas abrindo espaço para o diálogo, solidariedade, criatividade, aceitar e aprimorar o espírito crítico por todos os colaboradores da escola, visto que estas habilidades são fundamentais para o princípio da cidadania.

Ao professor, cabe garantir ao aluno tempo e liberdade para que o mesmo aprenda e se desenvolva e não fica reprovado no final do ciclo. Ainda para a autora Mantoan (2003) a escola deve promover aos professores a formação continuada, o aprimoramento e a valorização do mesmo para que se tenham condições e estímulos para ensinar a todos.

Dessa forma, a escola que reconhece e valoriza as diferenças promove projetos inclusivos de educação e trabalha com um formato de ensino diferenciado para atender as especificidades dos educandos que não consegue acompanhar os colegas de turma, através da adaptação dos currículos, facilitação de atividades e acompanhamento nos programas de reforço para aprendizagem (MANTOAN, 2003).

Toda escola, para atender a perspectiva da inclusão precisa se diferir por transmitir um ensino de qualidade capaz de formar cidadãos que tenha o mínimo de condições em atender a demanda que o mercado exige. Uma sociedade evoluída

engajada em projetos humanitários, além de proporcionar o ensino científico e de qualidade a todos.

Mantoan (2003) defende que o sucesso do aprendizado está em explorar talentos, instigar o aluno e ter autonomia e ao mesmo incentivar a capacidade de produzir de cada um, para isso, reconhecer limitações é importante, mas não deve ser vista como restrição para o aprendizado. Para que o conhecimento aconteça para todos sem diferenciar o que vai ser ensinado é entender que a diferenciação é feita pelo aluno ao desenvolver as atividades propostas e nunca pelo professor na maneira de ensinar. O professor deve conduzir sua aula naturalmente ensinando sem preconceitos, transformando a escola como um espaço de inclusão e diversidade.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

O presente artigo foi escrito através de uma revisão bibliográfica qualitativa, de natureza básica, com classificação exploratória. A pesquisa exploratória tem como objetivo buscar informações sobre algum assunto e se inteirar sobre o mesmo de forma a acrescentar bagagem ao conhecimento.

O estudo abordado neste artigo com o tema espaço escolar como inclusão para a diversidade foi realizado com base em estudos existente de vários autores para buscar respostas para a problemática e tentar encontrar alternativas para que a escola inclusiva seja acessível a todos.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p.44) ressalta que, “é desenvolvida com base em materiais já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Com base na fala do autor foram utilizadas as obras com intuito exploratório, de forma detalhada e organizada para responder os questionamentos que nortearam à problemática e os objetivos deste estudo. Para isso foi feita análise minuciosa dos textos com objetivo de buscar solução da situação problema. Nesse sentido, Gil (2002, p.78) colabora que “[...] a pesquisa exploratória exige bastante traquejo no manuseio de publicações científicas”. Caso contrário todo estudo será inútil e sem produtividade.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A inclusão se tornou um desafio a ser superado. Ainda que a legislação disponha sobre os direitos, principalmente os educativos, isso não significa que todos os sujeitos fazem realmente parte da escola. Assim, os estudos realizados por Meletti (2014) demonstram que mesmo com os avanços em relação à educação inclusiva, a escola ainda se encontra presa aos mesmos processos que permitem a exclusão, bem como a seletividade.

Kassar, Serafim e Françoço (2014) alertam para o fato de que quando se compara determinado período, ano após ano, é possível avaliar que o índice de sujeitos com alguma deficiência ou necessidade educacional especial matriculados no ensino regular, elas vão se dispersando ao longo da educação básica, sendo mais acentuadas somente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Por sua vez, Marques e Silva (2020) reforçam que a educação precisa ir além da estruturação do processo de ensino-aprendizagem desde as séries iniciais até a conclusão do ensino superior. Ela precisa criar as condições adequadas para os alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais sejam e façam parte de um contexto no qual seja possibilitado que a aprendizagem ocorra, além de privilegiar a inclusão, além de reconhecer e valorizar a diversidade.

Ao se tratar da escola enquanto espaço de acolhimento, destaca-se que a instituição deve ser vista como locus significativo para que a cidadania seja construída. Isso significa construir uma identidade a partir de condutas nas quais os alunos se reconheçam enquanto cidadãos e isso precisa ser direcionado a todos. Nesse sentido, Marques e Silva (2020) destacam que a escola inclusiva precisa ser comprometida com os direitos humanos e os que deles derivam. Ademais, compreende-se que o ambiente escolar precisa ser composto por profissionais capacitados, comprometidos com a causa que a inclusão representa. Ressalta-se, então, que a escola deve estar organizada e estruturada para o acolhimento dos alunos respeitando, principalmente, sua diversidade, sua especificidade e potencialidades.

Briant e Oliver (2012) destacam que a inclusão também requer inovação, sobretudo ao se considerar a prática docente daqueles que atuam em salas que possuem alunos com deficiência ou alguma necessidade educacional especial de aprendizagem. Inovar não é apenas se aperfeiçoar em relação a uma área do conhecimento, mas significa buscar por métodos e olhares capazes de corresponder às expectativas e dinâmicas da inclusão.

Para atender a esse propósito, as próprias Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica definem que a inclusão prevê a necessidade de profissionais diferenciados, sendo eles:

Professores capacitados para cada situação: professores capacitados para classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, tiveram acesso a conteúdo sobre Educação Especial adequado para: perceber as necessidades dos alunos e valorizar a educação inclusiva; flexibilizar a ação pedagógica de modo adequado às necessidades de aprendizagem; avaliar a eficácia do processo e atuar em equipe, inclusive com professores especializados em Educação Especial compreensão das singularidades de seus alunos e do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2001, p. 59.)

Nesse sentido, Belisário (2015) ressalta que a inclusão exige que a escola apresente possibilidades em relação ao progresso dos alunos com deficiência. Isso depende, principalmente, da adequação das práticas pedagógicas, considerando a diversidade dos sujeitos. Não obstante, ressalta-se que somente há sucesso na inclusão quando a escola admite que as dificuldades não são somente responsabilidade dos alunos, mas é produto da forma como o ensino é pensado e avaliado.

Para que a escola seja realmente inclusiva é preciso uma mudança de posturas, dentre essas, em relação ao modo de pensar, de construir o processo educativo nas salas de aula. Além disso, a escola que acolhe e inclui é a que visa o aperfeiçoamento professor, sensibilizando-o de que pensar no aluno e em suas particularidades de forma especial é humanizar o conhecimento, adaptando-o, não somente às dificuldades, mas às potencialidades.

Cardoso (2015) defende que a educação inclusiva é parte de um processo no qual a participação dos alunos é ampliada. Os objetivos básicos da inclusão não se restringem em ter o aluno em sala de aula, mas contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento pessoal, pensando em suas peculiaridades, naquilo que os diferencia dos demais de forma positiva. Se, ao longo da história, as pessoas com deficiência foram excluídas, cabe à escola desconstruir esse paradigma e isso ocorre, principalmente, na negação ao discurso da seletividade ou do capacitismo. Compreende-se que a inclusão somente ocorre quando há uma mudança de atitude que é provocada, a qual permite uma transformação de cunho pedagógico, histórico e cultural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a efetivação da presente pesquisa foi possível conhecer um pouco sobre a inclusão, entender qual é sua finalidade e como de fato deve ser proposta para este público que foi, por muitos anos, excluído e que hoje já está bem mais recebido de forma geral pela sociedade. No entanto, para uma preparação contínua, principalmente dos educadores, é fundamental estender e aprofundar sobre o assunto em pesquisas futuras, visto que esta necessidade é vista no dia a dia de toda sociedade, em especial, no meio educacional.

Para que fique claro o verdadeiro papel da inclusão, a escola precisa pensar em meios de difusão de seus objetivos e uma das alternativas se encontra na promoção de rodas de conversa com toda a comunidade escolar. Além, de discutir sobre o assunto e buscar alternativas em conjunto para melhor atender a todos, pois a principal ferramenta para uma educação de qualidade é o conhecimento. Nesse sentido, compreende-se que, se todos tiverem ciência de seus direitos e deveres, com certeza os objetivos da escola serão alcançados e a família pode ser uma grande aliada da escola para juntos buscarem a solução para o que é melhor para seus filhos em prol de uma educação de qualidade para todos.

A educação inclusiva no Brasil, em algumas escolas, precisa ser repensada e reorganizada, vista com um olhar mais humanizado. Este assunto é muito discutido pelos pesquisadores que defendem sua importância na vida de quem tem deficiência ou necessidades educacionais especiais e se sentem abraçados quando têm oportunidade em viver em conjunto e trocar experiências. Como se percebeu pelas estatísticas o número de alunos com necessidades educacionais especiais cresce dia após dia nas escolas brasileiras, pois as famílias estão mais conscientes que a educação vai contribuir para o desenvolvimento geral do filho.

Contudo, cabe ressaltar que a inclusão é uma realidade presente na vida de praticamente todos os professores, mesmo daqueles que não trabalham diretamente com alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, isto porque esse processo faz parte do cotidiano de uma sociedade que é marcada por pessoas que tem necessidades muito diversificadas e que precisam de uma escola que respeite suas limitações e que estimule suas potencialidades.

O professor é elemento fundamental nesse processo, pois são eles que auxiliam na construção de uma escola democrática e participativa, que abarca as diversidades e respeita o aluno em suas particularidades. No entanto, é preciso que se ressalte que incluir não é apenas manter o aluno em sala de aula, mas proporcionar oportunidades de construção de saberes.

Para que haja um preparo significativo e é o que a sociedade espera e tem direito, é fundamental a importância de os educadores estarem sempre buscando mais conhecimento sobre a inclusão, como ela de fato deve acontecer e isso só pode ser alcançado através da ampliação dos estudos, da formação continuada e da incansável busca por proporcionar aos alunos a alegria de saber que são únicos, diversos, diferentes e repletos de potencialidades que podem e devem ser exploradas, ou seja, uma valorização da diversidade nos espaços escolares.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, L.A.; CARDOSO, M.D.O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista de educação pública**. 2020. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>> Acesso em: 20 set., 2022.

BELISÁRIO, J. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 23 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2. ed. / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC: SEESP, 2001.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. bras. educ. espec.** 2012, vol.18, n.1.

CARDOSO, E. J. S. Educação inclusiva e o papel da escola no processo de ensino aprendizagem. **RELPE**, Arraias (TO), v. 1, n.º 1, p. 25-35, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: **o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.

FERREIRA, F. **Educação inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer? Atualizado em: 29 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 20 set. 2022.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4º ed. São Paulo: Atlas S/A. 2002.

KARAGIANNIS, A; STAINBACK, W. Fundamentos do ensino inclusivo. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,1999.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo. Moderna, 2003.

MARQUES, D.R.O; SILVA, W.A. A escola comum inclusiva: diversidade e inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial. **Anais do CONEDU – VII Congresso Nacional de Educação**. 2020. Disponível em < <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67603>> Acesso em: 20 set., 2022.

MATOS, S. N.; MENDES, E.G. Demanda de professores decorrentes da inclusão escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, Jan.-Mar., 2015.

MELETTI, S.M.F. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial**: da política à instituição concreta. São Paulo: EDUSP, 2014.

MELLO, R.B.; POKER, A.R.L. Inclusão e formação do professor. **Journal of Research in Special Educational Needs**. Volume 16. Number s1. 2016. Disponível em < <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12193>> Acesso em: 20 set., 2022.

RODRIGUES, D. **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível**. Revista Inclusão, p. 7 a 13, (2000).

RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2017.

SILVA, M.R.P; SENA, T.J.M. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 37 Ed. Esp. Extra, p. 120-139. jun. 2015.

VICTOR, S.L; VIEIRA, A.B; OLIVEIRA, I.M. **Educação Especial Inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.